

GAMBINI, Roberto (2000), *Indian Mirror. The Making of the Brazilian Soul*, São Paulo: Axis Mundi/Terceiro Nome.

Aleš Vrbata
(Universidade Estadual de Feira de Santana)

ECHEVARRIA, Regina (2014), *A História da princesa Isabel. Amor, liberdade e exílio*, Rio de Janeiro: Versal, 360 p.

Trata-se da última biografia da princesa Isabel, filha do segundo e último imperador brasileiro D. Pedro II de Bragança. A autora, a jornalista Regina Echevarria, com experiência de trabalho em jornais (*O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Folha de São Paulo*) e revistas (*Veja*, *Isto É*, *Placar*, *Caras*, *A Revista*), é uma autora de vários livros (*Furacão Elis*, 1985; *Cazuza, só as Mães ao felizes*, 1997; *Cazuza, Preciso Dizer que Te Amo*, 2001; *Pierre Verger, um Retrato em Preto e Branco*, 2002; *Mãe, Menininha do Gantois, uma biografia*, 2006) e, trabalhando nessa exigente obra, vasculhou dois anos os raros arquivos sobre a família imperial e mergulhou, principalmente, na correspondência da princesa com o pai, D. Pedro II, marido, conde d'Eu, mãe, dona Teresa Cristina¹ e à sua ama, a condessa de Barral, desde a adolescência até o exílio.

O livro é dividido em 25 capítulos, dos quais cada um é introduzido por um grande retrato da princesa Isabel (p. 11-340), índice onomástico (341-351), bibliografia (352-357), lista de acervos e bibliotecas, periódicos e sites de internet (257-258) e créditos das imagens (259). O livro também contém comentários de preeminentes historiadores brasileiros (Mary Del Priore, José Murilo de Carvalho, etc.) e fragmentos da correspondência entre D. Isabel e o pai, mãe, irmã, seu marido e outros membros da família e conhecidos, da mesma forma como anotações dos diários da princesa e sobre figuras importantes da sua vida.

Enquanto o primeiro capítulo se preocupa com as circunstâncias que precederam imediatamente a abolição da escravidão no Brasil, o segundo focaliza as circunstâncias do nascimento da princesa imperial e os quatro primeiros anos da sua vida. Isabel nasceu no ano de 1846, no Palácio de São Cristóvão, na capital Imperial do Brasil. Foi o segundo parto da imperatriz Teresa Cristina, que dezoito meses antes tinha dado a luz ao filho primogênito, Afonso Pedro, herdeiro da Coroa. Na época, o imperador D. Pedro II era ainda muito jovem, tinha apenas 21 anos, e o casamento com Teresa Cristina tinha se dado apenas três anos antes (Nápoles, 30 de maio de 1843, e foi necessário obter a licença de Roma porque os noivos eram primos). Mas, no dia 11 de julho de 1847, morreu o filho primogênito e herdeiro da Coroa brasileira. Como diz a autora: «diz a lenda que os Bourbon de Bragança pagariam pela maldade de um antepassado – no caso de D. João IV, fundador da dinastia de Bragança. A morte prematura havia ocorrido na geração de D. João VI, com seu irmão mais velho, D. José. Na geração seguinte, D. Antônio, filho de D. João VI, faleceu em 1801, aos 6 anos de idade, deixando a herança para o irmão mais novo, D. Pedro I. E, ainda, Pedro II herdou os direitos de dois irmãos que cedo se foram» (23). Mas logo

¹ Princesa das Duas Sicílias, reino existente desde 1816, quando Congresso de Viena acabou com Reino de Nápoles e Reino de Sicília, até 1861 quando nasceu o Reino da Itália.

no dia 13 de Julho de 1847, nasceu outra filha, Leopoldina, e já no ano de 1850 a princesa Isabel foi reconhecida oficialmente como sucessora do seu pai. Nesse mesmo ano a Assembleia Geral reunida no Paço do Senado proclamou-a Herdeira do Trono na forma dos artigos 116 e 117 da Constituição Imperial. Nessa época, D. Pedro II começou a preocupar-se com a formação da futura imperatriz.

O terceiro capítulo focaliza a infância de D. Isabel, que passou a maior parte do tempo com a sua irmã Leopoldina. Além do pai e da mãe, o papel mais importante na vida da princesa começou a desempenhar D. Rosa de Santana Lopes que em 1874 seria baronesa de Santana. D. Pedro «gostava de ler para as duas, e também de lhes dar lições de matemática e latim» (33). O quarto capítulo cobre o período de 1856-1860 e é focalizado na educação da D. Isabel. É o período em que a educação de ambas as princesas foi assumida por Luísa Margarida Portugal de Barros, Condessa de Barral: «O programa de estudos incluía aulas de francês, inglês, alemão, latim, história, química, geometria, botânica, desenho e geografia» (44). Naquela época, as duas também conheceram Maximiliano de Habsburgo: «Em 1860, as princesas já se sentiam bastante à vontade para conviver em sociedade. Tanto que, quando chegou ao Brasil o arquiduque Maximiliano de Habsburgo – irmão de Francisco José, imperador da Áustria, e primo distante – elas o receberam com educação e entusiasmo» (45). Este capítulo também toca o impacto social que a Condessa de Barral deixou na corte imperial: «não há como não concordar que a presença de Barral ofuscou a imperatriz» (48). Como revelam os próximos capítulos, a Condessa de Barral acompanhou com a maior proximidade possível as negociações para o casamento das princesas.

O quinto e o sexto capítulos descrevem as circunstâncias do noivado e a vida de casada, respectivamente. Como diz a autora: «Muito distante das cortes europeias e totalmente desconhecido, o Brasil não oferecia qualquer atrativo para um jovem herdeiro naqueles tempos» (61). Mesmo assim, D. Pedro II e seus parentes europeus começaram trocando cartas e procurando dois pretendentes. De qualquer maneira «[...] D. Isabel e a irmã só souberam da identidade dos homens escolhidos pelo imperador vinte dias antes de os conheceram» (62). O futuro marido da princesa Isabel era «Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d'Eu, [nascido] em Neuilly-sur-Seine, hoje bairro aristocrático de Paris, em 28 de abril de 1842. Filho do duque de Nemours e neto do rei de França Luís Filipe, deposto pela revolução de 1848» (63). O casamento deu-se no ano de 1864, no Rio de Janeiro, e foi celebrado pelo arcebispo primaz da Bahia e do Brasil, D. Manoel Joaquim da Silveira. Por essa ocasião, o imperador assinou o decreto libertando os escravos que serviam na sua fazenda de Santa Cruz e, no mesmo dia, outro decreto imperial conferia ao conde d'Eu as honras de marechal do Exército.

Logo depois do casamento, o casal dirigiu-se para a Europa. A primeira destinação foi Lisboa, onde Isabel conheceu a «Vovó Amélia», a segunda mulher do seu avô D. Pedro I, madrastra do seu pai, que tinha na época 53 anos e recebeu-os na cama, meio adoentada. Depois, o casal seguiu para Inglaterra, onde a família de Gastão de Orléans estava exilada, e, mais tarde, «visitaram ainda Bélgica, Alemanha, Áustria e Checoslováquia [sic]». Enquanto tudo isso acontecia, o Brasil assinava o tratado da

Tríplice Aliança (com o Uruguai e a Argentina) para combater o Paraguai. O sétimo capítulo do livro focaliza a vida da casa imperial no período da Guerra do Paraguai (1865-1870), enquanto o mesmo período cobre também o oitavo capítulo dedicado à vida pessoal de D. Isabel. O nono capítulo é dedicado ao conde d'Eu e à guerra do Paraguai. O décimo capítulo versa sobre a segunda viagem do imperador à Europa e o décimo primeiro à primeira regência (1871-1872). No dia 15 de maio de 1871 o gabinete apresentou o projeto de lei que autorizava o imperador a sair do país, declarando Isabel regente com plenos poderes. Pouco depois, o imperador embarcou no navio Douro rumo à Europa. Foi a sua primeira viagem ao exterior depois de trinta anos. Foi justamente naquela época quando o gabinete foi assumido pelo visconde Rio Branco, segundo José Murilo de Carvalho «o mais completo estadista da época» (136). O país saíra vitorioso de uma longa guerra e era considerado internacionalmente, ao lado dos Estados Unidos, a maior potência econômica e militar do continente americano. Já naquela época, D. Isabel se aliou aos novos e jovens políticos que, mais tarde, a apoiariam na assinatura da Lei Áurea. Ao mesmo tempo, o Brasil observava à distância o movimento do parlamentarismo europeu, mais exatamente, a abertura do parlamento italiano. Nesse contexto é importante notar como D. Isabel censurava o seu pai, o Imperador D. Pedro II: «Perdoa-me meu Papaizinho, mas às vezes Papai tem umas ideias que não me quadram. Quem lhe mandou ir à abertura do Parlamento italiano? [...] Duas coisas não aprovo de sua viagem: esta ida ao parlamento italiano e o seguir as rezas na sinagoga como se fosse um judeu!» (139). Os capítulos décimo segundo e décimo terceiro se concentram na primeira maternidade de D. Isabel e o capítulo décimo quarto na segunda regência. O décimo quinto capítulo centra-se na outra gravidez e maternidade. O décimo sexto capítulo cobre o período de 1882-1887, a vida pública e os debates políticos antes da abolição. O décimo sétimo capítulo (1887-1889) se dedica à terceira regência e o décimo oitavo capítulo versa sobre a abolição (1888), o verdadeiro divisor de águas da história do Brasil. Apesar de que a abolição tenha sido recebida por muitos com entusiasmo, inclusive por Machado de Assis, significou também o fim da monarquia. Nos capítulos dezoito, vinte e vinte e um, a autora nos lembra a diferença abismal entre os valores iluministas da liberdade, igualdade e democracia e o conservadorismo tradicionalista que continuava existindo no Brasil: «Poucos acreditavam que Isabel assumiria de vez o trono do Brasil. E, menos ainda, que D. Pedro II sobreviveria por muito mais tempo. A abolição dos escravos caiu como uma pedra sobre os donos de terras no Brasil. Teriam que se acostumar a pagar pelo trabalho que contratassem. Teriam que se acostumar a trabalhar. De uma hora para a outra, republicanos apareciam por todos os lados. A monarquia já não se mostrava um regime adequado, embora na raiz da questão estivesse mesmo o fato de Isabel existir e de ser uma mulher. Se fosse homem, tudo provavelmente teria sido diferente» (255). Mesmo assim, houve aqueles que apoiaram a monarquia e a princesa Isabel como, por exemplo, a Guarda Negra e os conservadores, como Ferreira Viana e João Alfredo ou abolicionistas como Émile Rouéde. A família imperial se exilou no paquete Alagoas no fim do ano

de 1889. A bordo esteve não só a família imperial, mas também amigos e defensores da família como André Rebouças.

O vigésimo terceiro capítulo versa sobre as tentativas da restauração monárquica (1889-1920) e do exílio europeu da família real. Depois de chegar à Europa, a família viajou entre Lisboa e Madri. Nessa época, a imperatriz Dona Teresa Cristina morreu e foi enterrada em Lisboa, no Panteão de Bragança, em São Vicente de Fora, enquanto D. Isabel decidiu ficar na França, onde morou até o fim da sua vida. No ano de 1920 D. Isabel, fez 74 anos e tinha vivido, então, 31 anos no exílio. O governo brasileiro nesse ano acabou com a proibição de a família real pisar solo brasileiro, mas mesmo assim ela não retornou ao Brasil. Sentia-se velha demais, sofria de várias dores e não quis arriscar uma longa viagem ao Brasil. Em setembro do mesmo ano, recebeu a visita do jornalista brasileiro Tobias Monteiro para uma entrevista histórica. Essa entrevista, cujos trechos encontram-se, aliás, no fim do livro, deu-se no Château d'Eu, na Normandia, onde D. Isabel e seu consorte, conde d'Eu, passavam o exílio. D. Isabel morreu nesse castelo no dia 14 de novembro de 1921. No dia seguinte completaria 32 anos de exílio.

Mesmo assim, a família imperial brasileira continuou a exercer uma influência significativa no Brasil inclusive depois de 1889. Foi nomeadamente o *Instituto Histórico e Geográfico* que «pushed to reintegrate Pedro into a national civic pantheon» (Williams 2001: 150). Apesar da proibição da entrada dos Braganças ao Brasil «the celebration of the centennial of Brazilian independence helped accelerate a process in which the 1889 ban was rescinded and the remains of Pedro and his wife Tereza Cristina could be repatriated to Brazilian soil» (Williams 2001: 150). O cuidado sistemático e a memória do imperador começou a ganhar nova intensidade no ano de 1920, quando «Edgard Roquette-Pinto assembled several objects once belonging to the monarch for the installation of a new gallery at the Museu Nacional» (Williams 2001: 151) e, nomeadamente, durante a Era Vargas: «Vargas's speech at the mausoleum's dedication praised Dom Pedro II as a heroic leader, great man of letters and science, and patriot who brought stability and dignity to nineteenth-century Brazil. Under Pedro's benevolent rule, Vargas argued, Brazil experienced internal integration, the defense of national territory, the 'evolution' from slavery to free labor, and the birth of industrialization. In this highly sympathetic portrait of the monarchy, an aged and sickly D. Pedro II willingly sacrificed the throne to make way for the new republican order» (Williams 2001: 151).

O livro de Regina Echevarria constitui um bom suplemento dos livros publicados pelo Instituto Moreira Salles (IMS) como, por exemplo, *Retratos do Império e do Exílio. Imagens da Família Imperial Brasileira no Acervo de Dom João de Orleans e Bragança* (Rio de Janeiro, 2011), e não deveria faltar na estante de nenhum historiador do Brasil.

Referências

WILLIAMS, Daryle (2010), *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Years*, USA: Duke University Press.

Aleš Vrbata
(Universidade Estadual de Feira de Santana)